



PL DO "TREM DA ALEGRIA" ESTÁ NA PAUTA DE HOJE (19/09) DA CTASP



O deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) rejeitou no seu relatório emendas de deputados que valorizam os servidores e, ao mesmo tempo, acrescentou a que cria o trem da alegria

Sindjus convoca servidores para mobilização, na Câmara, contra o projeto

ocupados por pessoas de fora do Judiciário.

Por conta disso, o coordenador-geral do sindicato, Roberto Policarpo, passou o dia, ontem (segunda-feira, 18/09) no Congresso conversando com os deputados e argumentando sobre o caráter nocivo de tal emenda vir a ser aprovada. Os deputados Paulo Rocha (PT-PA) e Sandro Mabel (PR-GO), que integram a comissão, foram dois que se prontificaram a articular junto aos demais parlamentares pela rejeição da emenda.

Abordados pelo Sindjus, ambos concordaram que a mesma é contraditória com o momento atual do Judiciário - que teve aprovado na Câmara um plano de carreira que valoriza os servidores e por ser um dos poderes que mais tem estimulado a realização de concursos públicos e a melhoria da qualidade

**COMPROMISSO IMPERDÍVEL
MOBILIZAÇÃO CONTRA O PL 319/07
DATA: 18 DE SETEMBRO
LOCAL: PLENÁRIO 12 DO ANEXO II
HORÁRIO: 10H**

dos serviços jurisdicionais como um todo.

Outros parlamentares estão sendo contactados pelo coordenador-geral do Sindjus e da Fenajufe, Roberto Policarpo e pela coordenadora da Fenajufe, Jaqueline Albuquerque.

O Sindjus convoca todos os servidores do Judiciário para acompanhar de perto, nesta quarta-feira (19/09), a partir das 10h, a sessão da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados (CTASP). Está prevista na pauta, em regime de prioridade, a votação do PL 319/07, relatado pelo deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ). O projeto promove graves modificações no plano de carreira dos servidores do Poder Judiciário (Lei 11.416/06), podendo vir a promover um novo "trem da alegria" no serviço público.

A principal das mudanças é a emenda apresentada pelo relator que permite que os gabinetes dos tribunais superiores possam ter cargos comissionados ocupados por pessoas de fora da carreira (ou seja, sem serem concursadas). Conforme o projeto original, somente 50% destes cargos poderiam ser

TRABALHO PELA REVISÃO DA EMENDA

Segundo o relatório de Maia, a emenda foi solicitada pelo Colégio dos Presidentes dos Tribunais Superiores, Conselho Nacional de Justiça, Conselho da Justiça Federal, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - justamente os tribunais que seriam beneficiados por essa mudança no provimento.

Assim que foi apresentado o primeiro relatório de Rodrigo Maia, o Sindjus iniciou campanha, em sua página eletrônica, para que tal emenda que flexibiliza a ocupação dos cargos em comissão fosse revista. Na avaliação do sindicato, caso seja aprovada, a emenda contribuirá para desvalorizar a categoria.

O relatório a ser votado nesta terça-feira foi reapresentado no último dia 13 (quinta-feira) da semana passada. Maia apresentou seu primeiro relatório no dia 5 de setembro, mas o mesmo foi requerido novamente, no dia

seguinte (6/9), por ele, para nova análise. No novo relatório, permanecem o parecer pela rejeição de oito emendas de deputados - sendo que algumas destas valorizam a carreira dos servidores concursados - e a apresentação de quatro novas emendas ao projeto (entre elas, a que flexibiliza o regime de provimento dos cargos em comissão nos órgãos do Judiciário, no que se refere aos Tribunais Superiores).

Devido à permanência de tal emenda no novo relatório, o Sindjus, portanto, está convocando todos os seus associados a participarem, em massa, da sessão da CTASP. É importante a conscientização dos servidores para o fato de que esta luta é de todos e que é preciso lutar para evitar perdas que são resultado de conquistas suadas para a categoria, obtidas ao longo dos últimos dez anos. Portanto, vamos todos à Câmara dos Deputados nesta terça-feira.



Procura pelo Cefis aumenta a cada dia

Está cada vez maior a procura por convites para acesso ao Cefis durante o final de semana. O clube campestre do Sindjus, localizado no Gama, tem se transformado em ótima opção de lazer para os filiados e de integração entre os familiares e colegas de trabalho. Tudo porque o clube, desde julho, conta - além da sua ampla infra-estrutura - com programação cultural que engloba desde a apresentação de grupos musicais a cada final de semana; serviço especial do restaurante com um cardápio repleto de comidas típicas e a organização de diversas novidades também na área esportiva.

Exemplo disso é o Campeonato de Futebol Soçaite do Sindjus, que se encontra em sua sétima edição e cujos jogos acontecem a partir das 9h, todos os sábados (até o dia 27 de outubro). Nada menos que 10 times estão inscritos no evento, num total de 150 participantes.

Mas não é só isso. O Cefis oferece ótimas oportunidades de descanso, diversão e entretenimento - desde relaxar e curtir uma boa música a cair na piscina com os filhos, jogar vôlei e pelada com os amigos



ou simplesmente desfrutar das delícias do restaurante.

Portanto, adquira logo o seu convite no site do Sindjus, reserve sua churrasqueira e divirta-se, acompanhe a programação cultural de cada fim de semana, bem como o cardápio do restaurante para o sábado e o domingo e aproveite um passeio que tem tudo para ser inesquecível.

Previdência complementar é prejudicial para servidores

A previdência complementar é prejudicial para os servidores públicos e não tem necessidade de ser regulamentada. Esta é, em tese, a conclusão de encontro realizado na última sexta-feira (14/09) entre a diretoria do Sindjus e delegados sindicais que teve como objetivo, esclarecer os principais pontos do Projeto de Lei (PL) 1992/2007, referente à criação do Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público (Funpresp). O projeto é polêmico e foi encaminhado pelo Executivo à Câmara dos Deputados na última semana.

Na reunião, o coordenador-geral do sindicato, Roberto Policarpo, esclareceu vários pontos do projeto e os motivos pelos quais a matéria é considerada prejudicial para os servidores. Policarpo defendeu que a regulamentação não é obrigatória e que a implantação do regime de previdência complementar para os servidores públicos, traçada o artigo 40 da Constituição, é uma mera faculdade, com iniciativa conferida ao Executivo. "A regulamentação representa uma perda irreparável dos direitos sociais, uma vez que

parte da previdência da categoria passará a ser vinculada à lógica do mercado financeiro, sem que se detenha algum tipo de controle social sobre as aplicações", argumentou o coordenador do Sindjus.

Além disso, informou ele, o projeto deixa sem definição questões importantes, que serão resolvidas na regulamentação pelo próprio fundo, onde a representação dos servidores e membros do Judiciário e do Ministério Público poderá ser bastante reduzida.

O encontro foi considerado apenas o primeiro passo para a discussão sobre o PL, cuja tramitação será acompanhada de perto, passo a passo, por todos os membros do Conselho de Delegados Sindicais. A luta contra a regulamentação da previdência complementar pode, até mesmo, vir a ser objeto de mobilização de toda a categoria. Uma vez que o assunto acarreta em fortes conseqüências sobre o futuro de cada um e, por isso, precisa ser observado com bastante atenção por todos os que integram a carreira do Judiciário e do MPU.

Sindjus participa de reuniões para discutir PLP 01

O Sindjus participou, junto com a Fenajufe, na última semana, de reunião com o vice-líder do Governo na Câmara, Henrique Fontana (PT-RS) e com o relator do PLP 01, José Pimentel (PT-CE). Durante o encontro, o representante do sindicato, Roberto Policarpo, explicou aos deputados os motivos pelos quais a proposta é prejudicial para os servidores e falou da importância de haver uma negociação entre representantes sindicais e parlamentares no sentido de alterar pontos polêmicos da matéria.

Dentre os quais, o coordenador do Sindjus citou o limitador de despesa com pessoal previsto no PLP, que pode vir a representar sérios danos para os servidores públicos do Judiciário e do MPU. Policarpo demonstrou a preocupação com o formato do chamado limitador de reajustes salariais, expresso na fórmula "INPC + 1,5%" no texto e também questões relacionadas às mudanças quanto aos limites do aumento das despesas nos tribunais e órgãos do MPU.

Um segundo encontro sobre o tema está programado para se realizar na próxima terça-feira (dia 25/09). O relator da matéria, deputado José Pimentel, disse que vê perspectivas de alteração no PLP 01 em decorrência do início desse processo de negociação, sobretudo nos pontos relativos à discussão de um outro índice de limitação.

Para Policarpo, o encontro foi considerado positivo e deve ser o primeiro de uma série de reuniões para a construção de uma proposta que evite, ao máximo, perdas para os servidores públicos. Já o deputado Henrique Fontana, que vem atuando como mediador entre os representantes sindicais e o relator do projeto, avaliou a reunião como um "processo de aproximação de posições". O Sindjus pretende dar continuidade a este trabalho e, a exemplo do que tem feito em relação às matérias legislativas de interesse da categoria, acompanhar passo a passo a tramitação do PLP-01.